

CUT e demais centrais entregam ao Presidente Lula a pauta da classe trabalhadora



A CUT e demais centrais sindicais entregaram, na tarde desta terça-feira (29), ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a pauta de reivindicações da classe trabalhadora. Entre outras demandas urgentes, quatro se destacam: a redução da jornada de trabalho sem redução salarial; o fim da escala 6 x 1; a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxação dos super-ricos.

Além dos presidentes das centrais sindicais, estiveram presentes o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da presidência da República, Gleisi Hoffman, ministro-chefe da secretaria Geral da Presidência da República, Marcio Macêdo e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

A entrega do documento foi parte da agenda de mobilização em Brasília nesta terça-feira. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras de todo o país, organizados pela CUT, centrais e entidades filiadas (confederações, federações e sindicatos) participaram nas primeiras horas do dia da Plenária da Classe Trabalhadora e, logo após, da caminhada na Esplanada dos Ministérios.

Mais cedo, durante a marcha, dirigentes sindicais discursaram ao público sobre a necessidade da classe trabalhadora estar sempre alerta e preparada para enfrentar os constantes ataques da extrema direita à democracia e, claro, aos direitos sociais e trabalhistas.

O presidente nacional da CUT, Sergio Nobre, além de defender o teor da pauta, lembrou que os direitos dos trabalhadores passam pelas próximas eleições e que, por isso, a manifestação de hoje foi decisiva para enterrar a direita em 2026. “Precisamos reeleger o nosso presidente Lula, que é o grande pai da classe trabalhadora no Brasil, aquele que nos ensinou o caminho da luta para chegarmos até aqui”, afirmou Sergio Nobre.

É preciso ressaltar que a direita e a extrema direita foram responsáveis pela reforma Trabalhista em 2017, que retirou mais de 100 direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo a pejetização e a terceirização sem fim, e a reforma da Previdência de 2019, que aumentou o tempo de contribuição e diminuiu o valor de aposentadorias e pensões. Hoje o movimento sindical luta pela ampliação dos direitos trabalhistas.

“A gente sabe que nenhum direito que a classe trabalhadora tem, caiu do céu ou foi benefício dado por alguém, foi com muita mobilização e com muita luta”, reforçou Sergio Nobre ao incentivar os trabalhadores a se manterem firmes na luta por seus direitos.